



Formação dos planos territoriais

Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental

Versão 0 | Março 2021

FICHA TÉCNICA

Título

Formação dos planos territoriais

Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental
Versão 0 | Março 2021

© DGT — Direção-Geral do Território, 2021

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Entidade responsável pela edição

DGT - Direção-Geral do Território

Autoria

DGT - Direção-Geral do Território

Design gráfico

DGT - Direção-Geral do Território

Edição Digital | Março de 2021

ISBN 978-989-8785-24-4

Formação dos planos territoriais

Questões Estratégicas
e Indicadores para a
Avaliação Ambiental

Versão 0 | Março 2021

Í N D I C E

Nota introdutória 6



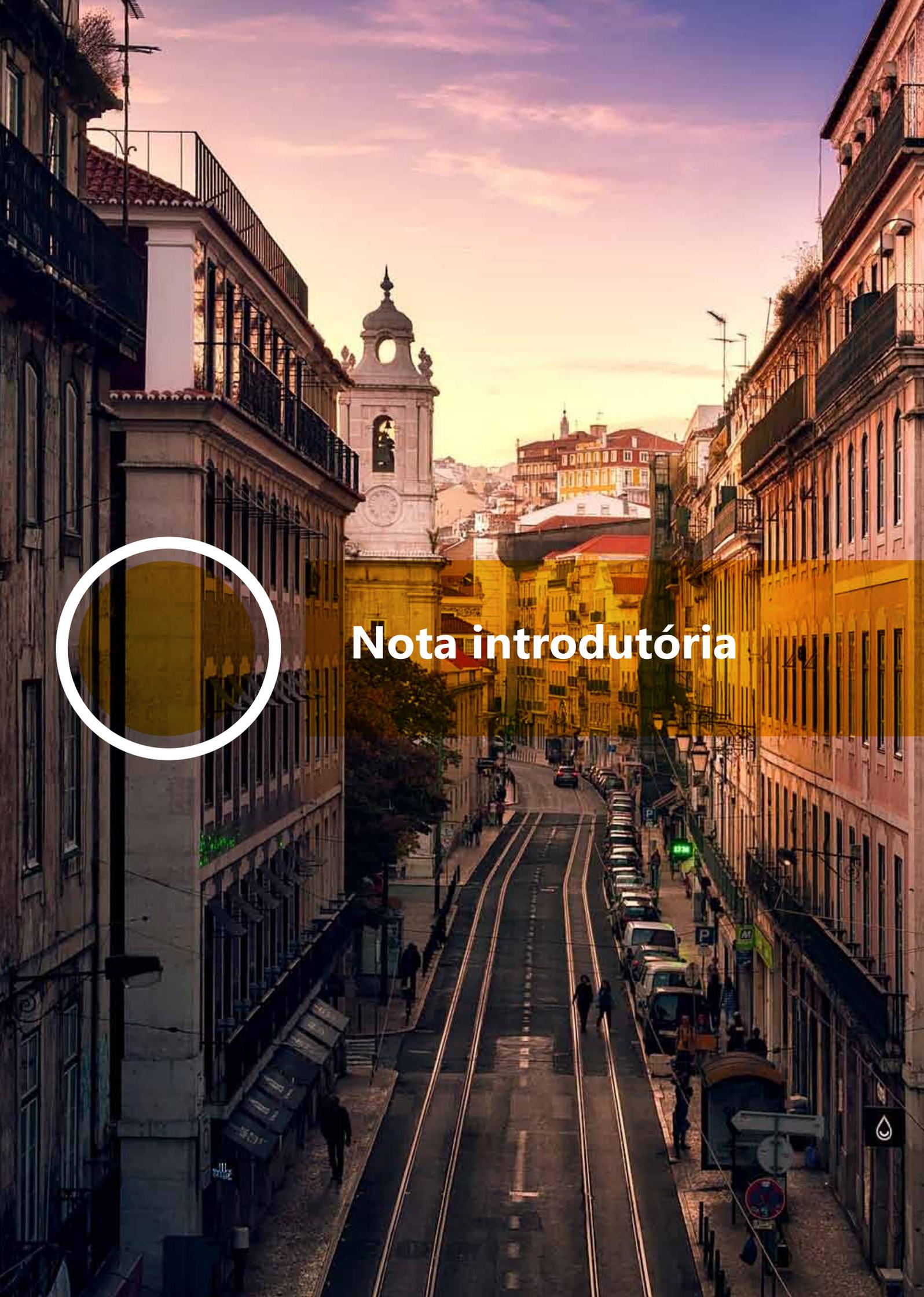
Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental 8

1 | Enquadramento 9

2 | Questões estratégicas 9

3 | Critérios de avaliação e Indicadores 14





Nota introdutória



A Direção-Geral do Território publicou em Janeiro 2020 o documento “Formação dos planos territoriais - Matérias no âmbito das atribuições da DGT”, com o objetivo de apresentar de forma sistematizada e exaustiva as matérias relevantes no âmbito das suas competências, para os procedimentos de formação dos instrumentos de gestão territorial, de forma a poderem ser clara e inequivocamente aplicadas ao longo dos trabalhos da formação dos planos territoriais e, quando necessário, integradas nos termos de referência dos processos de contratação pública.

Tendo verificado que o capítulo relativo às questões estratégicas e indicadores para a avaliação ambiental merecia um interesse e utilização específicos por parte de alguns intervenientes nestes processos, foi esta matéria individualizada para maior facilidade de acesso e consulta.

Dada a importância dos procedimentos de avaliação ambiental estratégica para a devida consideração, de forma integrada e construtiva, dos fatores de sustentabilidade nos cenários e opções de planeamento a consagrar nos instrumentos de gestão territorial, a disponibilização deste documento pretende constituir um elemento de suporte com utilidade prática para a reflexão que, necessariamente, tem que ser feita de forma aprofundada e ajustada a cada um dos exercícios de planeamento em causa.

A blue ballpoint pen is positioned diagonally across the upper right portion of the image, pointing towards a bar chart. The chart features several vertical bars, each composed of stacked segments in yellow, red, and blue. The background is a blurred document with various charts and text. A semi-transparent yellow rectangular box is overlaid on the lower right, containing the title text. A circular graphic with a white border and a white dot is located on the left side of the yellow box.

Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental

1. Enquadramento

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial que define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional.

O PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

Estabelece os princípios e os grandes desafios e opções estratégicas de base territorial, a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta nas próximas décadas e expressa, na Agenda para o Território (Programa de Ação), as macro-orientações de política nacional, regional e municipal e os objetivos e metas de longo prazo em matéria de ambiente e sustentabilidade.

O modelo territorial traduz os desafios territoriais enunciados, contribuindo para aumentar a capacidade de resiliência dos diferentes territórios num quadro de coesão territorial e para uma maior coerência entre as políticas setoriais e as políticas de base territorial.

A avaliação ambiental de planos e programas constitui um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar as considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com envolvimento de público e autoridades ambientais, sendo que, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), enquadra o desenvolvimento da avaliação ambiental nos Instrumentos de Gestão do Território (IGT).

Tomando como referência o PNPOT e no quadro da elaboração e avaliação ambiental dos IGT foi identificado um conjunto de questões estratégicas, com o objetivo de:

- Contribuir para integração e coerência das abordagens integradas de sustentabilidade dos planos e programas com o PNPOT;
- Contribuir para a aplicação do regime da avaliação ambiental.

O presente documento identifica e descreve as questões estratégicas a ser equacionadas no processo de elaboração e avaliação ambiental dos planos e programas. As questões estratégicas devem ser selecionadas em função da natureza de cada IGT, de forma a promover a coerência entre os instrumentos de gestão territorial.

De modo a contribuir para avaliar dos eventuais efeitos ambientais destes IGT identificam-se igualmente critérios de avaliação e indicadores que deverão ser selecionados e incorporados adequadamente no processo de avaliação ambiental.

2. Questões estratégicas

As questões estratégicas a considerar no processo de decisão, na conceção das opções estratégicas do plano ou programa e das ações que as implementam, estão relacionadas com:

- Valorização do capital natural
- Adaptação e resiliência dos territórios
- Mobilidade e acesso a serviços de interesse geral
- Ambiente urbano e habitação

- Atratividade populacional e capital humano
- Competitividade, inovação e internacionalização
- Conetividade e redes
- Colaboração e governança territorial

Na tabela seguinte encontram-se sistematizadas as questões estratégicas e o âmbito da avaliação que deverá ser desenvolvida no contexto da avaliação ambiental dos planos e programas.

Questões estratégicas	Âmbito da avaliação
Valorização do capital natural	Avaliação do contributo do IGT para a gestão eficiente da água, a valorização do solo e o combate ao seu desperdício. De igual modo, deverá avaliar-se a participação para a capacidade de afirmação da Rede Nacional de Áreas Protegidas e para o reconhecimento dos serviços prestados pelos ecossistemas. Por outro lado, deverá permitir a avaliação do contributo para o ordenamento e a revitalização dos territórios da floresta, bem como promover a integração das preocupações com a valorização da paisagem.
Adaptação e resiliência dos territórios	Avaliação do contributo do IGT para a adaptação e resiliência socioecológica dos territórios, medido através da capacidade para antecipar, preparar, responder e adaptar aos diferentes perigos e eventos extremos, num contexto de diferentes mudanças, nomeadamente climáticas e demográficas. Importa assim avaliar o contributo do IGT para a adaptação dos usos e ocupação do solo às vulnerabilidades territoriais, para a redução da vulnerabilidade do litoral aos perigos, ou para o aumento da resiliência aos incêndios rurais. De igual modo, importa avaliar a capacidade dos territórios e das comunidades fazerem face às vulnerabilidades laborais e sociais, à segregação social e risco de pobreza.
Mobilidade e acesso a serviços de interesse geral	Avaliação do contributo IGT para o reforço do acesso a serviços de interesse geral (jardim de infância, escola básica, escola secundária, centro de saúde, hospital e tribunal) num contexto em que este é essencial para melhorar o capital social e as oportunidades de desenvolvimento económico, bem como as condições de bem-estar essenciais para todos os cidadãos. De igual modo, procura-se avaliar o contributo do IGT para o aumento da utilização de modos mais sustentáveis e para o reforço da mobilidade sustentável e inclusiva.
Ambiente urbano e habitação	Avaliação do contributo dos espaços urbanos para o compromisso da descarbonização e eficiência na utilização de recursos e para a qualidade de vida dos cidadãos, medido através do uso eficiente do solo, da adoção de soluções de base natural e da criação de espaços verdes, da eficiência energética, da qualidade do ar e do ruído, e ainda, da regeneração e reutilização do construído. Deverá ainda avaliar-se o contributo para uma política de habitação integrada, nomeadamente através da avaliação do peso da reabilitação urbana, do alargamento do parque habitacional público e da regulação do preço do arrendamento e da venda de alojamentos familiares.

Questões estratégicas	Âmbito da avaliação
Atratividade populacional e capital humano	Avaliação do contributo do IGT para o aumento da atratividade dos territórios, de forma a responder à previsível perda demográfica e envelhecimento da população, que alcança grande expressividade num elevado número de concelhos, nomeadamente nos de baixa densidade. De igual modo deverá avaliar-se a qualificação e capacitação dos recursos humanos, sobretudo jovens, medido através do abandono escolar e da frequência do ensino superior. Uma resposta integrada requer dinamização económica, pelo que deverá ser também avaliado o contributo para a criação de postos de trabalho, para a redução das situações de precariedade laboral e para a empregabilidade da população jovem.
Competitividade, inovação e internacionalização	Avaliação do contributo do IGT para a valorização dos ativos do território e para o desenvolvimento rural medido pelo número de empresas criadas, pelo VAB do setor primário, pelos bens imóveis classificados de interesse público e pelas dormidas em alojamento turístico. De igual modo interessa perceber a participação no reforço do empreendedorismo e ecossistemas de inovação de base territorial e no contributo para a energia circular. Por fim deverá avaliar-se o contributo para o reforço da internacionalização e atração de investimento externo e reforço das exportações de bens de consumo.
Conetividade e redes	Avaliação relativa ao reforço das várias conetividades no espaço nacional e transfronteiriço, devendo verificar-se a contribuição para a conetividade ecológica estruturada entre os vários sistemas ecológicos (massas de água/estuários, áreas protegidas e rede Natura 2000) e para a valorização da rede hidrográfica. Deverá avaliar-se ainda de que forma o IGT reforça as infraestruturas ambientais a nível de abastecimento de água, redução e perdas de água e produção de energias renováveis, bem como das redes e infraestruturas de transporte, verificando a acessibilidade aos serviços e às infraestruturas económicas e a capacidade da ferrovia (extensão e carga transportada). Por fim deverá avaliar-se o contributo do IGT para o reforço da infraestruturação digital tendo em vista a diminuição da infoexclusão e o incremento da economia digital.
Colaboração e Governança Territorial	Avaliação do contributo do IGT para o incremento da organização, sistematização e disponibilização da informação geográfica, para o aumento da consciência cívica dos cidadãos e para o reforço da capacitação técnica das instituições e dos agentes na gestão do território. De igual modo deverá avaliar-se o contributo para a cooperação territorial através do reforço de competências e capacidade dos atores públicos e privados, mas também através do número de atores, projetos e instituições ligados em rede. Por fim deverá avaliar-se a participação para soluções inovadoras nas abordagens aos problemas e soluções e para a melhoria dos relacionamentos institucionais entre os atores dos meios rurais e urbanos.

Nas tabelas seguintes apresenta-se o grau de articulação entre os desafios do PNPOT e as questões estratégicas e a relação com os fatores ambientais estabelecidos legalmente e as questões estratégicas.

Grau de articulação entre os desafios do PNPO e as questões estratégicas

	Valorizar o capital natural	Adaptação e resiliência do território	Mobilidade e Acesso a serviços de interesse geral	Ambiente urbano e habitação	Atratividade populacional e qualificações (capital humano)	Competitividade e inovação	Conetividades e redes	Colaboração e governança
D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável	•••	•••	•	•	•	•	••	••
Valorizar o capital natural	•••	••	•	•	•	•	••	•
Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano	••	••	•	••	•	••	••	•••
Aumentar a resiliência socioecológica	••	•••	•	•	•	•	•	•
D2. Promover um sistema urbano policêntrico	•	••	••	•••	•	••	•	•••
Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa	•	•	•	•••	•	•••	•	•••
Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna	•	••	••	••	•	•	•	•••
Promover a qualidade urbana	•	••	••	•••	•	•	•	••
D3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial	•	•••	•••	•	•••	•••	••	•••
Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral	•	•••	•••	•	•••	•	•	•••
Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização	•	•	•	•	•••	•••	••	••
Promover o desenvolvimento transfronteiriço	•	•	•	•	••	•••	••	•••
D4. Reforçar a conetividade interna e externa	••	•	••	•	•	•	•••	••
Otimizar as infraestruturas ambientais e a conetividade ecológica	••	•	•	•	•	•	•••	••
Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade	•	•	••	•	•	•	•••	••
Dinamizar as redes digitais	•	•	•	•	•	•	•••	••
D5. Promover a governança territorial	••	•••	•••	••	••	•••	••	•••
Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível	••	••	••	••	••	••	••	•••
Promover redes colaborativas de base territorial	••	••	•••	••	••	•••	••	•••
Aumentar a Cultura Territorial	••	•••	•	••	•	••	••	•••

••• Articulação forte •• Articulação média • Articulação nula/reduzida

Relação com os fatores ambientais e as questões estratégicas

	Valorizar o capital natural	Adaptação e resiliência do território	Mobilidade e Acesso a serviços de interesse geral	Ambiente urbano e habitação	Atratividade populacional e qualificações (capital humano)	Competitividade e inovação	Conetividades e redes	Colaboração e governança
Água	●	●		●			●	●
Atmosfera		●	●	●			●	
Bens Materiais		●	●	●	●	●	●	●
Biodiversidade	●	●					●	
Fatores Climáticos	●	●	●	●	●	●	●	●
Fauna	●						●	
Flora	●						●	
Paisagem	●	●		●			●	●
Património Cultural				●	●	●	●	●
População		●	●	●	●	●	●	●
Saúde Humana		●	●	●	●	●	●	●
Solo	●	●		●				●

3. Critérios de avaliação e Indicadores

Identificadas as questões estratégicas, foram identificados os critérios que poderão permitir a avaliação ambiental e os indicadores relacionados. Esta identificação teve em consideração os fatores ambientais que se encontram legalmente estabelecidos.

De forma a consolidar e conferir coerência ao sistema de monitorização e avaliação, os indicadores considerados coincidem, em grande medida, com os que foram selecionados no âmbito do Relatório de Estado de Ordenamento do Território (REOT), por tema REOT: Sistema Natural (SN), Sistema Social (SS), Sistema Económico (SE), Sistema de Conetividade (SC), Sistema Urbano (SU) e Vulnerabilidades críticas (VC).

Nas tabelas seguintes encontram-se sistematizados para cada questão estratégica e com indicação do tema REOT, os critérios de avaliação e indicadores que se consideram relevantes no contexto da avaliação ambiental do IGT de âmbito nacional e regional.

Valorização do capital natural

Temas REOT	Critérios de avaliação	Indicadores	Fatores Ambientais
Água (SN)	Usos e funções do território compatíveis com as disponibilidades hídricas.	Ocupação agrícola em aproveitamentos hidroagrícolas	água, solo
		Índice de escassez	água
	Salvaguarda das grandes reservas estratégicas de água superficial e subterrânea garantindo igualmente o bom estado das massas de água	Massas de água superficiais em estado global bom ou superior	água
		Massas de água subterrâneas em estado global bom ou superior	água
Solo (SN)	Estabilização do grau de artificialização do solo	Território com solo artificializado	solo, água, bens materiais
		Solos com elevado valor pedológico e ecológico com usos não artificializados	solo
	Salvaguarda dos solos de elevado valor e/ou suscetíveis à desertificação	Solos classificados como Reserva Agrícola Nacional com uso agrícola	solo, bens materiais
		Área de solo suscetível à desertificação	solo, fatores climáticos

Temas REOT	CrITÉrios de avaliaÇão	Indicadores	Fatores Ambientais
Biodiversidade (SN)	Afirmação da Rede Nacional de Áreas Protegida / Diminuição da perda da biodiversidade	Varição do estado de conservação de espécies e habitats protegidos pela Diretiva Habitats	biodiversidade, paisagem, fauna, flora
	Valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas	Área abrangida por instrumento de financiamento dos serviços dos ecossistemas	biodiversidade, paisagem, fauna, flora
Floresta (SN)	Incremento de formas de gestão agrupada de exploração florestal	Áreas com gestão associativa	solo, biodiversidade, paisagem
	Incremento da multifuncionalidade e diversidade dos espaços florestais	Área de povoamentos monoespecíficos de eucalipto e pinheiro nos territórios de floresta a valorizar	flora, paisagem, biodiversidade
		Densidade de orlas na paisagem nas áreas ocupadas por floresta a valorizar	flora, paisagem
Paisagem (SN) Biodiversidade (SN)	Integração das preocupações de salvaguarda e valorização da paisagem	Fragmentação e homogeneidade da paisagem	flora, fauna, biodiversidade, paisagem
		Território ocupado por vegetação arbórea com interesse para a conservação da natureza	biodiversidade, flora, fauna, paisagem

Adaptação e resiliência dos territórios

Temas REOT	CrITÉrios de avaliaÇão	Indicadores	Fatores Ambientais
Inundações (VC)	Adaptação dos usos e ocupação do solo às vulnerabilidades territoriais	Área artificializada em áreas suscetíveis a inundações	água, bens materiais, fatores climáticos, biodiversidade
		População em áreas suscetíveis a inundações	população, água, bens materiais, fatores climáticos
		Edifícios em áreas suscetíveis a inundações	população, água, bens materiais, fatores climáticos

Temas REOT	CrITÉrios de avaliaÇão	Indicadores	Fatores Ambientais
Seca e Desertificação (VC)	Adaptação dos usos e ocupação do solo às vulnerabilidades territoriais	Uso agrícola (regadio e culturas temporárias) em áreas de elevada suscetibilidade à ocorrência de seca	solo, bens materiais, fatores climáticos
Litoral e Erosão Costeira (VC)	Redução e controlo vulnerabilidade do litoral aos perigos	Área edificada na orla costeira (500m)	população, água, bens materiais, fatores climáticos
		Área edificada na zona costeira (2000m)	população, água, bens materiais, fatores climáticos
		Extensão da costa em situação crítica de erosão	bens materiais, fatores climáticos
Incêndios Rurais (VC)	Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais	Interface urbano-florestal por grau de suscetibilidade ao risco de incêndio	população, bens materiais
		Residentes em áreas de perigosidade de incêndio rural alta ou muito alta	população, bens materiais, saúde humana
Vulnerabilidades e dependências (SS)	Integração progressiva das populações em situação de maior vulnerabilidade no contexto laboral, social e comunitário.	População desempregada no total da população residente (15-64 anos)	população, bens materiais
	Redução dos elevados níveis de segregação social, combate às situações críticas de pobreza especialmente a infantil, e reforço da inclusão dos cidadãos.	Pessoas com mais de 75 anos no total da população residente	população, bens materiais
		Beneficiárias/os do rendimento social de inserção no total de população residente	população, bens materiais
		Beneficiários ativos de prestações da segurança social no total de população residente	população, bens materiais
Redução das vulnerabilidades e dos riscos sociais associados às situações de sem-abrigo, às minorias étnicas, aos consumos de substâncias psicoativas e às práticas desviantes.	Nº de famílias a realojar	população, bens materiais	

Mobilidade e acesso a serviços de interesse geral

Temas REOT	Critérios de avaliação	Indicadores	Fatores Ambientais
Funções Urbanas (SU); Serviços, coesão e equidade (SS)	Reforçar o acesso a serviços de interesse geral	Tempo de deslocação ao Jardim de infância mais próximo	população, bens materiais
		Tempo de deslocação à escola básica mais próxima	população, bens materiais
		Tempo de deslocação à escola secundária mais próxima	população, bens materiais
		Tempo de deslocação até ao centro de saúde mais próximo	população, bens materiais, saúde humana
		Tempo de deslocação até ao hospital mais próximo	população, bens materiais, saúde humana
		Tempo de deslocação ao tribunal mais próximo	população, bens materiais
	Melhorar a oferta de equipamentos e serviços dirigidos a uma estrutura sociodemográfica envelhecida.	Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos	população, bens materiais, saúde humana
Funções Urbanas (SU)	Reforço das redes de apoio de proximidade.	Taxa de cobertura das respostas sociais à primeira infância	população, bens materiais
Mobilidade (SU)	Aumento da quota de mercado associada a modos mais sustentáveis	População residente empregada ou estudante que utiliza modo pedonal nas deslocações pendulares	atmosfera, população, bens materiais
		População residente empregada ou estudante que utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares	população, bens materiais

Ambiente urbano e habitação

Temas REOT	Critérios de avaliação	Indicadores	Fatores Ambientais
Ambiente Urbano (SU)	Contenção da artificialização do solo	Área artificializada em solo urbano	solo, bens materiais
	Aumento da área de espaço público e de espaços verdes por habitante	Espaços verdes em solo urbano	solo, paisagem
	Aumento do conforto bioclimático dos espaços urbanos	Número de dias com qualidade do ar fraca ou má em aglomerações urbanas	atmosfera, solo
		População exposta a ruído excessivo	população, atmosfera
		Edifícios com certificação energética com classificação A a C	bens materiais
Habitação e reabilitação (SU)	Aumento do peso da reabilitação no total de fogos concluídos	Reconstruções concluídas por 100 construções novas licenciadas	solo, bens materiais
	Alargamento dos beneficiários da política de habitação e da dimensão do parque habitacional com apoio público	Fogos de habitação social	população, bens materiais, solo
	Redução da sobrecarga das despesas com habitação no regime de arrendamento	Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	população, bens materiais

Atratividade populacional e capital humano

Temas REOT	Critérios de avaliação	Indicadores	Fatores Ambientais
Demografia e envelhecimento (SS)	Aumento da atratividade residencial, económica, ambiental, cultural e de lazer das áreas rurais e dos territórios de baixa densidade.	Varição da população residente	população
		População com mais de 65 anos no total da população	população
		População com menos de 15 anos no total da população	população
		Taxa bruta de natalidade	população
Mobilidade (SU)		Número de entradas de trabalhadores e de estudantes	população, bens materiais
Vulnerabilidades e dependências (SS)	Aumento da empregabilidade da população ativa, em particular dos jovens	Proporção de desempregados jovens	população, bens materiais
	Diminuição do abandono escolar e aumento do sucesso escolar.	Taxa de abandono precoce na educação e formação	população, bens materiais
Capital Humano, emprego e mercado de trabalho (SE)	Melhoria da qualificação dos recursos humanos.	Número de estudantes residentes no município a frequentar o ensino superior	população, bens materiais
Capital Humano, emprego e mercado de trabalho (SE)	Criação de emprego e desenvolvimento do tecido empresarial nas áreas rurais.	Criação líquida dos postos de trabalho nos estabelecimentos, por município	população, bens materiais
	Melhoria da qualidade do emprego e incentivo a vínculos laborais mais estáveis.	Peso dos Trabalhadores por conta de outrem com contrato a tempo parcial	população, bens materiais

Competitividade, inovação e internacionalização

Temas REOT	Critérios de avaliação	Indicadores	Fatores Ambientais
Ativos do território e desenvolvimento rural (SE)	Valorização dos recursos e ativos endógenos do território	Empresas criadas	bens materiais
		VAB agricultura, pescas e floresta	bens materiais
		Bens imóveis classificados como de interesse público	património cultural
	Enriquecimento da cadeia de valor do turismo, numa lógica de articulação intersectorial	Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico	população, bens materiais
Tecnologia, conhecimento e inovação (SE)	Aumento do empreendedorismo e dos processos de criação e evolução das startups nos sistemas de inovação de base territorial	Número de unidades funcionais da rede de equipamentos e serviços de conhecimento e inovação	bens materiais
	Reforço dos sistemas de governança dos ecossistemas de inovação de base territorial a partir das plataformas de interface e colaborativas	N.º de projetos de I&D+i em rede interorganizacional, por concelho (a construir)	bens materiais
		N.º de empresas pertencentes a clusters (a construir)	bens materiais
	Incremento dos processos de I&D+i	Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB	bens materiais
	Organizar o território para a economia circular	Nº de Zonas Empresariais Responsáveis e de empresas aí instaladas	bens materiais
Internacionalização e investimento externo (SE)	Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo	Dormidas de hóspedes estrangeiros nos alojamentos turísticos	bens materiais
		Volume de negócios para o exterior (€) das sociedades com menos de 250 trabalhadores	bens materiais
	Reforço das exportações de bens e serviços	Taxa de cobertura das importações pelas exportações	bens materiais

Conetividade e Redes

Temas REOT	Critérios de avaliação	Indicadores	Fatores Ambientais
Conetividade Ecológica (SC)	Otimizar a conetividade ecológica nacional	Área potencialmente relevante para a conetividade ecológica (massas de água/estuários, áreas protegidas e rede Natura)	água, biodiversidade, flora, fauna
		Rede Hidrográfica valorizada	água
	Incremento do reconhecimento do valor dos territórios de fronteira pela promoção de sinergias transfronteiriças	Visitantes por área protegida fronteiriça	água, biodiversidade, flora, fauna
Infraestruturas ambientais (SC)	Aumento de fiabilidade e segurança nos sistemas de abastecimento de água	População com serviços de abastecimento de água potável	população, água
	Redução de perdas de água e controlo de aflúências indevidas	Taxa de perdas de água nos sistemas de abastecimento	água
	Potenciar a utilização e produção de energias renováveis e introduzir medidas de redução/eficiência energética nas infraestruturas (por exemplo, produção própria de energia)	Produção de energia renovável	bens materiais
Redes e infraestruturas de transporte (SC)	Aumento da equidade territorial em termos de acesso aos serviços e às infraestruturas económicas	Nº de municípios com >25% do território com acessibilidade baixa ou muito baixa	população, bens materiais
	Manutenção ou reposição dos níveis de qualidade e desempenho nos transportes	Extensão de ferrovia nova, requalificada ou mantida	bens materiais
		Carga transportada por ferrovia	bens materiais

Temas REOT	CrITÉrios de avaliaÇão	Indicadores	Fatores Ambientais
Conetividade digital (SC)	Reforço da infraestruturação digital tendo em vista a diminuição da infoexclusão e o incremento da economia digital	Nº de conexões de internet por 100.000 habitantes	população, bens materiais
		Acessos à internet em banda larga por 100 habitantes	população, bens materiais
	Implementação do 5G	Implementação de conectividade de nova geração 5G	população, bens materiais

Colaboração e Governança Territorial

Temas REOT	CrITÉrios de avaliaÇão	Indicadores	Fatores Ambientais
Informação geográfica	Incremento da organização, sistematização e disponibilização da informação geográfica	% de área coberta com cadastro predial ou informação cadastral	solo
		Conjuntos de Dados Geográficos com serviços de visualização e descarregamento	bens materiais
Cultura territorial	Aumento da consciência cívica dos cidadãos e da sua importância como atores sociais e interventivos em temáticas territoriais	Nº de projetos ou redes colaborativas (articulação, estado, privado, sociedade civil) (a construir)	população, bens materiais
		Participação registada nos processos de consulta pública (a construir)	população, bens materiais
	Reforço da capacitação técnica das instituições e dos agentes na gestão do território	Nº de boas práticas identificadas em entidades da administração (a construir)	população, bens materiais

Temas REOT	Crítérios de avaliação	Indicadores	Fatores Ambientais
Cooperação Territorial	Reforço das competências e capacidades dos atores institucionais públicos e privados para a promoção de ações em redes de cooperação estratégica para o desenvolvimento territorial	Nº de projetos de capacitação dos atores institucionais, incluindo empresariais, na promoção de ações de desenvolvimento territorial e participação em redes de cooperação estratégica (a construir)	população, bens materiais
	Reforço das redes de cooperação territorial às escalas local, sub-regional, regional, nacional e internacional	Nº de atores, ligações e projetos institucionais envolvidas em redes de cooperação a diferentes escalas (nacional, regional. Sub-regional, NUT) (a construir)	população, bens materiais
Soluções inovadoras	Inovação nas abordagens aos problemas e nas soluções	Nº de laboratórios/ plataformas colaborativas de experimentação de base territorial	população, bens materiais
Articulação interurbanas e urbano-rural	Melhoria dos relacionamentos institucionais entre os atores dos meios rurais e urbanos	Nº de parcerias institucionais de redes urbano-rurais, por concelho (a construir)	população, bens materiais
	Aumento da integração coesão e territorial rural-urbana	Nº de parcerias para a gestão dos serviços de interesse geral, por tipo de subsistema territorial (a construir)	população, bens materiais, saúde humana
		Nº de redes de cooperação territorial, por temática, e por tipo de subsistema territorial (a construir)	população, bens materiais



Rua Artilharia Um, 107, 1099-052 Lisboa, Portugal
Telefone: (+351) 21 381 96 00 | Fax: (+351) 21 381 96 99
www.dgterritorio.pt | dgterritorio@dgterritorio.pt